

O ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A LUTA ANTICAPACITISTA – DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE A DEFICIÊNCIA À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

SPORT FOR PEOPLE WITH DISABILITIES AND THE ANTI ABLEIST FIGHT – FROM STEREOTYPES ABOUT DISABILITY TO VALUING DIVERSITY 

EL DEPORTE PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD Y LA LUCHA ANTICAPACITISTA – DE LOS ESTEREOTIPOS SOBRE LA DISCAPACIDAD A LA VALORACIÓN DE LA DIVERSIDAD 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969>

 **Bruna Barboza Seron*** <bruna.seron@ufsc.br>

 **Elaine Cappellazzo Souto**** <ecsouto@gmail.com>

 **Bruno Marson Malagodi***** <brunomarson32@gmail.com>

 **Márcia Greguol***** <mgreguol@gmail.com>

*Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

**Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil.

***Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, Brasil.

Resumo: O capacitismo, por ser estrutural, permeia a vida da pessoa com deficiência em todos os contextos sociais. O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre o papel do esporte para pessoas com deficiência na luta anticapacitista. Para tanto, dialoga com as abordagens e compreensões sobre a deficiência e expõe representações sociais esportivas, muitas vezes guiadas pela mídia, que podem reforçar a construção capacitista no esporte e na sociedade. O desenvolvimento do paradesporto tem urgência em apoiar-se em concepções sobre a deficiência, que desconstruam a normatização dos corpos e concebam o esporte como direito humano.

Palavras chave: Esportes para pessoas com deficiência. Capacitismo. Meios de comunicação de massa.

Recebido em: 13 mai. 2021

Aprovado em: 20 jul. 2021

Publicado em: 19 set. 2021



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

eISSN: 1982-8918

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, diferentes percepções e atitudes foram destinadas às pessoas com deficiência. Olhares carregados de misticismo, superstição e aversão eram muito comuns em épocas mais antigas. Na atualidade, ainda que seja evidente a maior divulgação de informações sobre o tema, ainda predominam em nossa sociedade crenças estigmatizadas envolvendo essas pessoas (HOWE; SILVA, 2018), numa clara demonstração de que, ainda para muitos, a própria deficiência é a condição que resume o indivíduo, não se tratando apenas de uma característica entre tantas outras.

A deficiência ao longo do tempo sempre foi alvo de visões estereotipadas. Se inicialmente a questão era mais relacionada ao misticismo ou à religião, atualmente ainda são comuns em nossa sociedade generalizações errôneas relacionadas às pessoas com deficiência, tais como a ideia de que todas devam ser tratadas com piedade ou com admiração exagerada, reforçando ideias de subestimação ou superestimação de suas capacidades (AMARAL, 1998). Esse conjunto de generalizações nocivas, muitas das quais elencadas dentro do conceito de Capacitismo, levantam debates entre profissionais que atuam com essa população. Nesse contexto, o capacitismo pode ser compreendido como um termo que denota uma atitude que desvaloriza ou diferencia a deficiência por meio da valorização de um modelo de capacidade física considerada padrão, ou seja, o capacitismo compreende que exista um modo ideal de ser, e que tudo aquilo que fuja desse modelo ideal de capacidade deva ser julgado como inadequado, o que tornaria a deficiência uma condição de inferioridade humana (CAMPBELL, 2008).

É possível observar que ainda existem paradigmas relacionados à deficiência a serem superados, que dizem respeito às crenças que generalizam indivíduos dentro de grupos tais como “heróis”, “doentes” ou “coitados” (HILGEMBERG, 2019). No entanto, é possível observar que, especialmente a partir da metade do século XX, diversas discussões culminaram na conquista de direitos voltados ao resgate da cidadania de pessoas com esta condição, como o acesso aos serviços de educação, saúde, lazer e à prática do esporte (BRASIL, 2015; DEGENER, 2014).

As modalidades esportivas voltadas para pessoas com deficiência exibem seus primeiros registros no final do século XIX, porém foi no século XX que esta prática foi impulsionada em vários países, tendo sua evolução intimamente relacionada ao término das grandes guerras mundiais, especialmente a segunda, em 1945. O que inicialmente era compreendido apenas como opção terapêutica pouco a pouco foi ganhando outras dimensões, tornando-se uma opção para indivíduos com diferentes tipos de deficiência que buscam práticas voltadas ao lazer ou ao alto rendimento (GREGUOL; MALAGODI, 2019).

Independentemente do objetivo da prática, percebe-se que o esporte para pessoas com deficiência pode proporcionar diversos benefícios que vão muito além da questão física, abrangendo também aspectos relacionados ao bem-estar emocional e social. Além dos benefícios advindos para quem o pratica, o esporte para pessoas com deficiência contribui para modificar visões equivocadas por

parte de toda a sociedade, que em muitos casos ainda se balizam em noções de incapacidade e assistencialismo, fortalecendo a compreensão e valorização das diferenças individuais (KIM, LEE, OH, 2017).

Neste contexto, acredita-se que a maior divulgação do esporte para pessoas com deficiência na mídia tem trazido à tona uma situação de certa forma paradoxal. Se, por um lado, a crescente disseminação de informações pela mídia contribui para a superação de percepções estigmatizadas em relação às pessoas com deficiência, por outro, profissionais de comunicação malpreparados, ao veicularem suas notícias, em muitos casos reforçam os estereótipos nocivos relacionados a esta população já mencionados anteriormente.

Ressalta-se que a luta anticapacitista conflui com as perspectivas da inclusão social, uma vez que busca derrubar a noção do ideal do corpo capaz como condição essencial para que se tenha uma vida plena e produtiva (MARTÍN, 2017). Todavia, essa luta baliza-se na mudança de concepção sobre a compreensão da deficiência, partindo do modelo médico para o modelo social. Por consequência, apoia-se na desconstrução do paradigma da corponormatividade e da padronização de corpos e existências. Assim, tendo em vista a relevância do tema, o objetivo deste ensaio é discutir o papel do esporte para pessoas com deficiência na luta anticapacitista.

2 DIÁLOGOS ENTRE AS CONCEPÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E O ESPORTE

A deficiência sempre foi equivocadamente compreendida como um padrão anormal da existência humana. Mesmo que não se faça de modo consciente, em geral as pessoas buscam um padrão idealizado nos diversos contextos sociais. Neste sentido, tudo o que se afasta deste “padrão idealizado” passa a ser considerado uma anormalidade (AMARAL, 1998).

Pensamentos construídos a partir da ideia de corponormatividade consideram determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais (MELLO; NUERNBERG, 2012). Tais fundamentos sustentam o modelo médico da deficiência, que avalia que esta condição é a responsável pela não participação plena e social das pessoas que a possuem. Ou seja, acredita-se que as desvantagens sociais experienciadas pelas pessoas com deficiência são consequências de seus corpos. Esse modelo é agressivo, violento e opressor, pois coloca a deficiência como um estado diminuído do ser humano, um fator negativo que precisa ser eliminado ou ao menos reduzido (SASSAKI, 2014).

O modelo médico da deficiência desresponsabiliza a sociedade e o Estado das garantias dos direitos as pessoas com deficiência, isso porque seus prejuízos sociais são entendidos como de responsabilidade individual. Oliver, um dos precursores do modelo social, ironiza o modelo médico ao denominá-lo “teoria da tragédia pessoal da deficiência”, já que sugere que a deficiência é um terrível evento casual que ocorre ao acaso com indivíduos infelizes (OLIVER, 1990). Essa percepção, apesar de não ser, de maneira geral, incorporada no discurso dos atletas com deficiência, é diversas vezes representada na mídia.

Ao relacionarmos essa compreensão no desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência, avistam-se, portanto, marcas significativas da presença desse modelo em seu funcionamento. A visão medicalizada da deficiência passa por um caminho em que esse corpo que foge dos padrões precisa ser consertado, curado, habilitado. Nesse sentido, a própria história do movimento paralímpico está rodeada em sua origem pela ideia do esporte como forma de reabilitação, impulsionada pelo modelo médico (LEGG; STEADWARD, 2011). Além dos objetivos da prática de esporte muitas vezes ainda se apoiarem nesse fim, o também conhecido sistema de classificação esportiva, principal forma de organização do esporte paralímpico, teve seu desenvolvimento alicerçado em práticas médicas, e dialoga com o modelo médico, pois, segundo Howe (2008), em última análise, cria uma hierarquia de corpos.

Por último, ao denunciar que a causalidade da desigualdade está localizada no indivíduo, corremos o risco de perpetuar compreensões do modelo médico em nossas práticas profissionais diárias. Por exemplo: ponderar que um atleta não teve boa formação inicial esportiva por conta de suas limitações físicas ao invés de olhar para as oportunidades que lhes faltaram. Pensar que um espaço de prática não é adequado pois as características físicas de um atleta não permitem chegar lá, em vez de pensar sobre o que falta nesse espaço para receber todos. Esses são alguns exemplos que nos paralisam e nos desviam do que realmente deve ser modificado, alterado. Isto posto, conscientizar-se que não é no corpo nem no indivíduo a localização do problema é um grande passo para a potencialização do esporte em sua abrangência.

O modelo médico começou a ser criticado fortemente por ativistas com deficiência no final dos anos 1960, momento em que, paralelamente, ocorria a legitimação dos Jogos Paralímpicos. Nesse período, a UPIAS (Union of Physically Impaired Against Segregation – União dos Lesados Físicos contra a Segregação), que foi uma organização de resistência política e intelectual formada por pessoas com deficiência, surgiu para questionar a compreensão tradicional da deficiência, apoiada até então em abordagens biomédicas, alegando que esta não deveria ser entendida como um problema individual, mas sim uma questão eminentemente social (DINIZ, 2012).

Por conseguinte, o modelo social compreende a deficiência como uma forma particular de opressão social em que as desvantagens sociais são decorrentes de contextos e ambientes pouco sensíveis à diversidade. Dessa forma, a deficiência não se localiza no corpo, mas em barreiras sociais. O modelo social, portanto, reconhece os prejuízos sociais das pessoas com deficiência, mas os responsabiliza na omissão da sociedade em fornecer os serviços adequados e em garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam devidamente tidas em conta na sua organização social (OLIVER, 1990). A solução, portanto, não está em curas, intervenções psicológicas ou ajustes físicos ao corpo com deficiência. Em vez disso, as melhorias nas vidas das pessoas com deficiência exigem a eliminação das barreiras sociais que oprimem as pessoas e o desenvolvimento de políticas sociais que facilitem a plena inclusão social e a cidadania (SMITH; BUNDON, 2018).

Esse novo entendimento sobre deficiência impulsionou diversas iniciativas políticas e sociais de garantia de direitos para as pessoas com deficiência. Inclusive, a

participação em espaços como clubes esportivos, estádios, academias e programas de exercício. Fazer com que atletas com deficiência conheçam e se apropriem das ideias do modelo social pode ser libertador para eles, pois se conscientizarão de que os problemas e impedimentos não estão neles, e sim nas barreiras. Dessa forma, se essas barreiras estruturais estiverem presentes no ambiente esportivo, por exemplo, elas serão dificultadoras de seu bem-estar psicossocial e de suas oportunidades esportivas. Logo, o apoio nesse modelo auxiliou no desenvolvimento psicossocial dos envolvidos, fortalecendo atributos como autoestima e construção de uma identidade coletiva positiva (HILGEMBERG, 2019).

Embora o modelo social tenha destaque ainda hoje nas principais pautas e debates sobre a compreensão da deficiência, este vem sofrendo críticas ao longo dos anos. As principais críticas giram em torno de que existe uma tendência dentro do modelo social da deficiência de negar a experiência dos próprios corpos, insistindo que as diferenças físicas e restrições são inteiramente criadas socialmente, negligenciando a vivência da deficiência ao recusar a experiência pessoal de restrições físicas, intelectuais e sensoriais do corpo. As críticas alegam também que o modelo social não leva em conta a diferença e apresenta as pessoas com deficiência como um grupo unitário (DEGENER, 2014; MORRIS, 1991; OLIVER, 2013).

Como resultado, algumas outras abordagens têm sido debatidas na construção de ampliar as perspectivas sobre a deficiência, entre elas a biopsicossocial e dos direitos humanos. A primeira teve seus princípios sustentados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), de autoria da Organização Mundial da Saúde, e baseia-se na integração dos modelos médico e social a fim de propiciar uma visão coerente de diferentes contextos da saúde a partir das perspectivas biológica, individual e social. Nessa abordagem, a deficiência expressa um fenômeno multidimensional resultante da interação entre as pessoas e seus ambientes físicos e sociais (DINIZ, 2012; WHO, 2001).

Os conceitos da CIF têm sido utilizados como bases em intervenções nas áreas de saúde, política, educação e lazer em diversos países no mundo. O Movimento Paralímpico, por exemplo, adotou as definições para os tipos de deficiência elegíveis no processo de classificação esportiva, conforme está descrito na CIF, utilizando inclusive os códigos da CIF para denominar os critérios de elegibilidade para o esporte (IPC, 2013).

Por último e mais recente, o modelo de direitos humanos é assentado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU, 2006), que tem como objetivo promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Essa abordagem é um grande marco pois manifesta a mudança de paradigma do modelo médico para o modelo social da deficiência na política internacional de deficiência e inclusive fundamenta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O modelo de direitos humanos centra-se na dignidade inerente ao ser humano e, subsequentemente, mas apenas se necessário, nas características médicas da

pessoa. Coloca o indivíduo no centro das atenções em todas as decisões que o afetam (DEGENER, 2014). Sob a bandeira do modelo de direitos humanos, a prática de esportes para pessoas com deficiência é um direito humano fundamental. O artigo 30 da CDPD, que trata da Participação na Vida Cultural, Recreação, Lazer e Esporte, descreve claramente como as pessoas com deficiência têm o direito de participar do esporte em igualdade de condições com as outras (HASSAN; MCCONKEY; DOWLING, 2014; TOWNSEND; SMITH; CUSHION, 2015). Esse fato impulsionou a necessidade de criar políticas e práticas inclusivas que apoiem o envolvimento de pessoas com deficiência no esporte.

3 O CAPACITISMO NO CONTEXTO DO ESPORTE ADAPTADO

O capacitismo está intimamente ligado ao fato de como a deficiência é compreendida historicamente. À vista disso, essa forma de discriminação, assim como outras, é estrutural em nossa sociedade. Do mesmo modo que Almeida (2018) se refere ao racismo, o capacitismo é um elemento que integra a organização econômica e política da nossa sociedade e deste modo não necessita de intenção individual para manifestar-se.

O capacitismo, termo relativamente novo no país que vem do termo inglês *ableism*, refere-se a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas, de modo generalizado, como incapazes (MELLO, 2016). O capacitismo está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres (CAMPBELL, 2008), trata-se de inferiorizá-las simplesmente por serem quem são. É um neologismo que sugere um afastamento da capacidade e da aptidão pela deficiência (DIAS, 2013). E é justamente essa capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social (MELLO, 2014).

Ao observar as definições do capacitismo é possível constatar claramente que suas raízes estão imbricadas nas concepções do modelo médico da deficiência. Ainda assim, suas manifestações individuais atravessam lugares praticamente invisíveis, sentidos aparentemente ingênuos e ações disfarçadamente positivas.

Como é algo estrutural, o capacitismo também percorre as vias do âmbito esportivo. Essa discriminação pode ser percebida ao se observar a baixa prevalência de pessoas com deficiência que conseguem manter um estilo de vida fisicamente ativo, o que em muitos casos ocorre pela falta de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica e instrumental (IBGE, 2013; GREGUOL, 2017). Atentar-se para essas questões é conscientizar-se de que o capacitismo é sistêmico e que, se não combatido, pode privar o indivíduo com deficiência também de oportunidades de engajamento em programas de atividades físicas ou esportivas. Assim, questiona-se: que corpo é esse que pode ser menos ativo fisicamente? Que corpo é esse que não tem seus espaços garantidos nas esferas de lazer, esporte e cultura? Que corpo é esse que não encontra nos ambientes estruturais caminhos para se locomover, estar

seguro e pertencer? O capacitismo escancara a ideia de que esse corpo vale menos, é inferior, não é capaz.

Lígia Assumpção Amaral descreveu o que ela chamou de “mitos” que cercariam a deficiência, os quais seriam nocivos pela sua essência indevidamente generalista. Exemplos seriam a transformação da pessoa na sua própria deficiência (“o cego”, “o cadeirante”), a atribuição de causalidade inexistente (“se um indivíduo com deficiência visual tem boa audição então todos os cegos serão bons músicos”) ou o que a autora denominou de “ideologia da força de vontade” (AMARAL, 1998).

Neste contexto, tais generalizações criariam estereótipos sobre a deficiência que acabariam por criar ideias fixas, como a do “autista gênio” ou do “cego supersensível”. Esses estereótipos, uma vez enraizados na sociedade, seriam prejudiciais pois buscariam “igualar” pessoas com características únicas, não respeitando suas individualidades. Ainda Amaral (1998) destacou outros estereótipos ainda mais abrangentes sobre a deficiência, como a designação às pessoas com deficiência de atributos como “herói” (aquele que tudo supera), “vítima” (aquele que é um coitado) e “vilão” (aquele que é destrutivo).

O esporte como fenômeno sociocultural entendido como patrimônio da humanidade (GALATTI *et al.*, 2014; TANI *et al.*, 2018) tem o dever de contribuir para a conscientização e desconstrução do capacitismo. Este manifesta-se por meio de muitas faces, todavia, nesse momento, apoiando-se em Patrón (2020)¹, destacaremos apenas quatro delas que desumanizam a experiência da pessoa com deficiência fortalecendo narrativas da tragédia pessoal. Não há como omitir que apesar dessas narrativas existirem nos pensamentos individuais dos cidadãos, há uma potente influência midiática ao externar esses estereótipos e representações:

- a) Coitadinho: esse olhar carrega sentimentos de pena, suportados pela ideia de que o atleta com deficiência sofre, é vítima, incapaz e possui experiência de vida triste. Ao analisar importantes jornais impressos brasileiros e portugueses que cobriram os Jogos Paralímpicos de 1996 a 2008, foi observado que o tratamento midiático carregava em si representações de vitimização das pessoas com deficiência, reforçando o paradigma do coitadinho, evocando compaixão e caridade e distanciando por vezes comportamentos exigidos para um atleta no bom desempenho na prática do esporte (HILGEMBERG, 2019).
- b) Moralmente corretos: é uma imagem relacionada à ideia do “anjo”, que retrata o atleta com deficiência como sendo bom, inocente e puro, desprovido da capacidade de sentir raiva e de burlar regras. Gonçalves, Albino e Vaz (2009) afirmam que é como se o universo do esporte para pessoas com deficiência fosse purificado pelo sacrifício que elas enfrentam e que esse sacrifício impedisse a entrada de qualquer impureza. Esse também é um olhar capacitista perigoso e que, de qualquer maneira, os desumaniza, já que confere a eles o poder de serem humanos por completo. Essa situação é de tal forma nociva que por vezes impede ou dificulta a discussão sobre temas que seriam relevantes, como o caso do *doping* no esporte paralímpico.

1 PATRÓN, Lau. *Inclua-se*. Curso Rede Amparo, 2020.

- c) Doente: a percepção e confusão de que deficiência é doença conduz a construção medicalizada da condição. Assim, a ideia de que a pessoa está envolvida no esporte para se curar, se reabilitar ou se “consertar” aflora juízos bastantes distorcidos da função do esporte, podendo reduzi-lo à assistência e não a um direito. A função do esporte para pessoas com deficiência é de tal forma deturpada por alguns, que em pleno 2020 foi possível assistir em um programa de TV ao vivo a seguinte fala proferida por um apresentador: “[...] discutir em rede social é igual participar de competições de Paraolimpíadas, você ganha e continua deficiente, aleijado. O que que adianta? [...]” (TEMA - TV EM AÇÃO, 2020).²
- d) Herói: esse estereótipo é o mais comum no âmbito esportivo. Traz a ideia da superação, do exemplo, pois considera que a vida do atleta é tão trágica e tão sofrida, que ele deve ter poderes super-humanos para enfrentar tudo isso. É a espetacularização da deficiência, conhecida como *supercrip* (VELASCO *et al.*, 2018). Alguns estudos apontam que atletas com deficiência rejeitam o rótulo de super-herói pois atravessam desafios como qualquer outro atleta (MARQUES *et al.*, 2015; OLIVEIRA; POFFO; SOUZA, 2018; REIS, 2016), mas também foram observados que alguns paratletas aceitam esse rótulo pois superam “não somente as expectativas negativas a eles imputadas, mas também precisam cotidianamente enfrentar barreiras físicas, ambientais e socioculturais que costumam dificultar a vida das pessoas com deficiência” (OLIVEIRA; POFFO; SOUZA, 2018, p.1188). Em todo caso, mesmo estes afirmam que essa representação não é a ideal e que a trajetória esportiva é a que deveria ser destacada.

Essas quatro faces do capacitismo ligadas ao esporte espelham tantas outras que pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia. Atitudes desse tipo atrasam a luta anticapacitista e fortalecem a discriminação. Como mencionado anteriormente, a luta capacitista se baseia na desconstrução de corpos e modelos ideais de capacidade humana (MARTÍN, 2017) e conta atualmente com a participação sobretudo dos movimentos sociais e entidades de apoio a pessoas com deficiência de vários países nos diferentes continentes. Com o avanço da compreensão e das discussões sobre o modelo social da deficiência, já é possível observar, especialmente nas duas últimas décadas, grande avanço na legislação sobre a garantia de direitos de acesso de pessoas com essa condição nas mais diversas atividades sociais, incluindo a prática esportiva. No entanto, também é notório que muitas informações divulgadas sobre o tema ainda se apoiam nessas visões estereotipadas sobre a deficiência.

Kolotouchkina *et al.* (2021) destacam que a cobertura midiática do esporte paralímpico ainda é escassa e ancorada em estigmas, distorcendo a imagem dos atletas com deficiência e dificultando sua plena participação social. Um exemplo seria o foco muitas vezes dado às tecnologias utilizadas pelos atletas durante as competições, como as cadeiras de rodas e próteses supermodernas de fibra de carbono. Enquanto é possível argumentar que essa informação oferece uma visão positiva e inspiradora da deficiência, por outro lado ela pode trazer uma exaltação excessiva de uma minoria, gerando uma possível expectativa equivocada e generalizada sobre as pessoas com deficiência e minimizando o papel das diversas

2 TEMA. **TV em ação**. Campo Mourão: TV Carajás, 30 abr. 2020. Programa de TV.

barreiras e desafios cotidianos que a imensa maioria delas enfrenta. Segundo os autores, para que ocorra a inclusão real de pessoas com deficiência na esfera pública, existe a necessidade de uma representação objetiva da deficiência na mídia, evitando generalizações, estereótipos e visões estigmatizadas. Isso poderia ser feito, por exemplo, ampliando a participação de atletas ou ex-atletas com deficiência como comentaristas durante a transmissão de eventos esportivos paralímpicos ou ainda tendo pessoas com deficiência oferecendo consultoria para profissionais de comunicação que elaborassem conteúdos na mídia sobre tais eventos.

Há de se destacar que alguns atletas demonstram certo receio de que o público perca de certa forma o interesse em assistir às transmissões de eventos paralímpicos caso a mídia deixe de focar nas histórias de superação (POFFO, 2018). Recentemente, o documentário *Rising Phoenix* (no Brasil, “Pódio para todos”) (BATTSEK *et al.*, 2020) mostrou histórias de atletas paralímpicos que enfrentaram grandes provações e desafios para atingir a excelência esportiva. Se, por um lado, o documentário atingiu grande sucesso de público e certamente contribuiu para a divulgação do esporte paralímpico, por outro, ao exibir histórias de supervalorização da ideia de superação, pode ter reforçado o estereótipo do *supercrip*. Isso porque, apesar de a obra destacar a pessoa com deficiência enquanto atleta, cujos resultados e *status* alcançados advêm de muito treino, preparação, profissionalismo e oportunidades, ela também levanta de certo modo a impressão de que, para uma pessoa com deficiência alcançar esse lugar, ela precisa ser um “super-herói”. Essa alusão aparece logo nos primeiros minutos, do documentário, quando são expostos os dizeres: “Somos super-heróis, porque todos nós já vivemos uma tragédia. Nós superamos uma coisa que não nos permitia ter sucesso”. Esses dizeres são concepções marcadas historicamente que, por muitas vezes, limitam o desenvolvimento e a participação da pessoa com deficiência. Afinal, que “coisa” é essa que não permitia o sucesso? O que pode ser um fator limitante do “sucesso” neste caso? Seria o corpo ou as restrições impostas pela sociedade sobre este corpo?

Vinculações de atletas com deficiência traduzidos como super-humanos, além de reforçar um conceito irreal, pode, ao invés de inspirar, afastar pessoas com deficiência da prática esportiva, já que elas podem não visualizar esta prática como um direito, mas sim como um feito “homérico” a ser alcançado (HOWE; SILVA, 2018). Este tipo de ideia, embora seja atrativa para o público em geral, tira o foco do esporte adaptado como uma garantia legal, uma atividade que deve ser amplamente oportunizada para pessoas com deficiência, e não um “lugar privilegiado”, exclusivo para aqueles capazes de superar as mais difíceis barreiras.

Para além dessa observação, o *Rising Phoenix* chega como um grito de liberdade. O documentário legitima o esporte paralímpico com histórias e fatos que não omitem o mundo discriminatório que se vive. Escancara o medo, a não aceitação da própria deficiência, a rejeição por ser quem é, o preconceito, o *bullying*, os tantos lugares que não os cabiam. Apresenta, no esporte, vitórias, derrotas não esperadas, lesões e treinamentos intensos, evidenciando os participantes como atletas. Também expõe a deslegitimação e desvalorização do esporte paralímpico por parte das próprias organizações esportivas e da gestão, quando exhibe o escândalo e o desequilíbrio de recursos quando se trata do esporte para pessoas com deficiência.

Assim, há de se destacar que, ainda que ajustes sejam necessários, o espaço que o esporte para pessoas com deficiência tem crescentemente atingido na mídia e na sociedade merece destaque, especialmente por contribuir para a construção de percepções e atitudes positivas sobre a deficiência, alertando para o fato de que o esporte tem sido um espaço de pertencimento, reconhecimento, oportunidade e direito. Nesta direção, um estudo realizado por Souza e Brittain (2020) ressalta que os Jogos Paralímpicos realizados no Rio de Janeiro em 2016 foram importantes para dar visibilidade e para desafiar estigmas normalmente associados à deficiência. Em lugares como o Brasil, onde pessoas com deficiência muitas vezes não encontram espaço nos veículos de comunicação, ocasiões como os Jogos Paralímpicos podem ser usadas como uma plataforma para mostrar suas habilidades, possibilidades, necessidades e demandas, desafiando as representações errôneas e estigmas e para debater questões de deficiência (SOUZA; BRITTAİN, 2020).

Nessa perspectiva, algumas iniciativas têm sido elaboradas e divulgadas por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro e por pesquisadores. Exemplificando, em 2016 a Universidade de Kent e a Universidade Federal do Paraná (PAPPOUS; SOUZA, 2016) produziram um material chamado “Guia para a mídia: Como cobrir os Jogos Paralímpicos Rio 2016” a fim de auxiliar a fomentar uma cobertura anticapacitista dos atletas com deficiência. Em 2020, um vídeo promocional chamado de Manifesto Paralímpico foi produzido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro com imagens de atletas conscientizando a sociedade sobre esses debates (CPB, 2020), ressaltando frases como “Por que nos chamam de heróis quando na verdade estamos fazendo as mesmas coisas que você, mas do nosso jeito?”; “aprendemos a nos adaptar para fazermos tudo o que queremos, mas ao seu olhar julgador e com pena, não nos adaptaremos”. Apesar de serem localizadas, essas iniciativas contribuem para movimentações importantes dentro da luta anticapacitista.

Sem dúvida, a crescente divulgação espontânea na mídia do esporte paralímpico traz, ainda que de forma modesta, maior conhecimento por parte da sociedade sobre as potencialidades de pessoas com deficiência. Além disso, a maior cobertura tem trazido às organizações de administração deste segmento esportivo maior visibilidade e aporte de recursos financeiros, o que possibilita a ampliação de projetos de fomento e democratização da prática. No entanto, é preciso que as questões sobre reforço de estereótipos sejam discutidas e repensadas de maneira qualificada. O esporte talvez seja uma das atividades com maior potencial para contribuir na luta anticapacitista, por expor para a sociedade de maneira notória que corpos com deficiência podem ser produtivos, belos, eficientes e atingir níveis elevados de desempenho. No entanto não se deve, na tentativa de fugir de determinado tipo de estereótipo, acabar por reforçar outros modelos estigmatizados.

Em suma, a mídia, as políticas públicas, os treinadores, os atletas, o público, e especialmente as organizações e instituições esportivas devem usufruir do esporte como ferramenta para solidificar discursos e ações que valorizem a pessoa com deficiência, desconstruindo, mesmo que aos poucos, sistemas rígidos de hierarquização e medicalização de corpos e possibilitando amplas oportunidades de garantia de acesso ao esporte como um direito humano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de sua história já datar de mais de um século, o esporte para pessoas com deficiência tem experimentado nos últimos 20 anos mudanças profundas nas suas concepções e na forma como é reconhecido pela sociedade em todo o mundo. Essas mudanças, da mesma forma que aumentam a visibilidade deste segmento esportivo, trazem novas perspectivas para atletas com deficiência, ampliando suas possibilidades de participação.

Conforme discutido ao longo do texto, o acesso à prática esportiva por pessoas com deficiência é um direito legal e deve ser oportunizado em suas diferentes dimensões, respeitando o objetivo do praticante. Os benefícios, muito além das possibilidades físicas, dizem respeito a diversas melhoras em variáveis psicológicas e sociais, atingindo positivamente não apenas o indivíduo com deficiência, mas a sociedade como um todo. Sem dúvidas, quando conduzido com responsabilidade, o esporte para pessoas com deficiência torna-se uma ferramenta ímpar no combate ao capacitismo e à segregação social, contribuindo de maneira decisiva na valorização das diferenças. Embora a mídia ainda tenha que rever alguns pontos na divulgação dos eventos, sem dúvida o grande aumento da cobertura espontânea é um ponto fortemente positivo a ser considerado.

A quebra de estereótipos historicamente enraizados no senso comum certamente não é tarefa simples. Na luta anticapacitista, o esporte pode ser visto como um potencial aliado, ao evidenciar para a sociedade de um modo geral que corpos com deficiência, que historicamente têm sido erroneamente considerados “fora do padrão ideal de capacidade”, têm a competência de atingir níveis elevados de excelência e rendimento. Nesse contexto, pela sua concepção plural e suas diferentes concepções de prática, o esporte fornece, para além dos records e medalhas, a compreensão ampliada sobre a diversidade do potencial humano, favorecendo a percepção mais positiva sobre as diferenças individuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. *In*: AQUINO, Júlio Groppa (org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1988. p. 11-30.

BATTSEK, John; NUGENT, Greg [Produtores]; BONHOTE, Ian; ETTENDGUI, Peter [Diretores]. **Rising Phoenix** (Pódio para Todos) [Documentário]. Netflix, 2020.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 ago. 2021.

CAMPBELL, Fiona Kumari Exploring internalized ableism using critical race theory. **Disability & society**, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.

CPB. COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Manifesto Paralímpico**. 2020. Vídeo de divulgação, 2'13". Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/3128/cpb-lanca-manifesto-paralimpico-com-fotos-video-e-mensagem-nossa-deficiencia-nao-nos-define>. Acesso em: 22 jan. 2021.

DEGENER, Theresia. A human rights model of disability. **Disability social rights**, p. 1-30, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283713863_A_human_rights_model_of_disability. Acesso em: 04 ago. 2021.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. p. 1-14. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

DINIZ, Débora. **O Que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Pedagogia do esporte: tensão na ciência e o ensino dos jogos esportivos coletivos. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014.

GONÇALVES, Gisele Carreirão; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. O herói esportivo deficiente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapan-Americano 2007. In: PIRES, Giovanni Di Lorenzi (org.). **“Observando” o Pan Rio/2007 na mídia**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2009. p. 149-167.

GREGUOL, Márcia. **Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência**. Brasília: PNUD, 2017.

GREGUOL, Márcia; MALAGODI, Bruno. O esporte para pessoas com deficiência. In: GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes. (org.). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 359-374.

HASSAN, David; MCCONKEY, Roy; DOWLING, Sandra. Understanding sport and intellectual disability: An introduction. In: HASSAN, David; DOWLING, Sandra; MCCONKEY, Roy (eds.), **Sport, coaching and intellectual disability**. London: Routledge, 2014. p. 1-10.

HILGEMBERG, Tatiane. Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Record**, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2019.

HOWE, P. David. From inside the newsroom: Paralympic media and the production of elite disability. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 43, n. 2, p. 135-150, 2008.

HOWE, P. David; SILVA, Carla Filomena. The fiddle of using the Paralympic Games as a vehicle for expanding [dis] ability sport participation. **Sport in Society**, v. 21, n. 1, p. 125-136, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2021.

IPC. INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **IPC Policy on Eligible Impairments in the Paralympic Movement**. Bonn: IPC, 2013. Disponível em: https://www.paralympic.org/sites/default/files/t/141113170238135_2014_10_13+Sec+ii+chapter+3_13+IPC+Policy+on+Eligible+Impairments+in+the+Paralympic+Movement.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

KIM, Kyoung T.; LEE, Soonhwan; OH, Eung-Soo. Athletes with disabilities in the Paralympic games: a framing analysis of television news. **Managing sport and leisure**, v. 22, n. 4, p. 255-275, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/23750472.2018.1445976>.

KOLOTOUCHKINA, Olga *et al.* Disability, Sport, and Television: Media Visibility and Representation of Paralympic Games in News Programs. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 256, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13010256>

LEGG, David; STEADWARD, Robert. The Paralympic Games and 60 years of change (1948–2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sport-based competition. **Sport in Society**, v. 14, n. 9, p. 1099-1115, 2011.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues *et al.* A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspectivas de atletas portugueses. **Motricidade**, v. 11, n. 3, p. 123-147, 2015.

MARTÍN, Mário Toboso. “Capacitismo”. In: PLATERO, R. Lucas; ROSÓN, Maria; ORTEGA, Esther (eds.): **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona. Bellaterra. 2017. p. 73-81.

MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3265-3276, 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MORRIS, Jenny. **Pride against prejudice**: a personal politics of disability. London: The Women’s Press, 1991.

OLIVEIRA, Amanda Paola Velasco de; POFFO, Bianca Natália; SOUZA, Doralice Lange de. “É melhor ser super-herói do que ser a vítima”: um estudo sobre a percepção de atletas e ex-atletas com deficiência visual sobre a cobertura midiática. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1179-1190, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.84237>

OLIVER, Mike. The Individual and Social Models of Disability. In: **Joint workshop of the living options group and the research unit of the Royal College of Physicians**. People with established locomotor disabilities in hospitals. Disponível em : <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/Oliver-in-soc-dis.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

OLIVER, Mike. The social model of disability: Thirty years on. **Disability & society**, v. 28, n. 7, p. 1024-1026, 2013.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2006**. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PAPPOUS, Athanasios; SOUZA, Doralice Lange de. **Guia para a mídia**: como cobrir os Jogos Paralímpicos Rio 2016. Brasília: University of Kent/Universidade Federal do Paraná, 2016.

POFFO, Bianca Natália. **A cobertura midiática sobre os Jogos Paralímpicos Rio 2016**: um estudo a partir da perspectiva de pessoas com deficiência. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018.

REIS, Maria Carolina Ferreira. Atletas de alto-rendimento” x. “Super-heróis paralímpicos” : O conflito entre os discursos dos atletas e do público/mídia nos Jogos Rio 2016: reafirmação da identidade de atleta pela desconstrução de identidades socialmente manipuladas. *In*: CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 5., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Academia Paralímpica Brasileira; UFMG, 2016. Disponível em: http://dev2.domholder.edu.br/uploads//Paralimpico_Trabalho.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

SASSAKI, Romeu. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, v. 12, n. 96, p.10-12, jan. /fev. ,2014.

SMITH, Brett; BUNDON, Andrea. Disability models: Explaining and understanding disability sport in different ways. *In*: **The Palgrave handbook of paralympic studies**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 15-34.

SOUZA, Doralice Lange de; BRITTAIN, Ian. The Rio 2016 Paralympic Games: The visibility of people with disabilities in Brazil as a possible legacy. **Communication & Sport**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479520942739>.

TANI, Go *et al.* Esporte: o fascinante palco de habilidades motoras. *In*: BENTO, Jorge Olímpio *et al.* (coord.). **Cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da humanidade**: Oportunidades e responsabilidades do esporte e da educação física. Fortaleza: Casa da Educação Física, 2018. v. 1. p. 153.

TOWNSEND, Robert.; SMITH, Brett; CUSHION, Christopher. Disability sports coaching: towards a critical understanding. **Sports coaching review**, v. 4, n. 2, p. 80-98, 2015.

VELASCO, Amanda Paola *et al.* Yes, I can: a representação das pessoas com deficiência no videoclipe “We’re the Superhumans” do Channel 4. **Motrivivência**, v. 30, n. 55, p. 34-57, 2018.

WHO. World Health Organization. **International classification of functioning, disability and health**. Geneva: World Health Organization, 2001.

Abstract: Ableism, being structural, pervades the lives of people with disabilities in all social contexts. This essay aims to reflect on the role of sport for people with disabilities in the anti-ableist campaign. It dialogues with approaches and understandings about disability and exposes social representations in sports, often guided by the media, which can reinforce the ableist view in sports and society. The development of parasports must urgently rely on conceptions about disability that deconstruct the normalization of bodies and see sport as a human right.

Keywords: Sports for persons with disabilities. Ableism. Mass Media.

Resumen: El capacitismo, al ser estructural, permea la vida de la persona con discapacidad en todos los contextos sociales. Este ensayo tiene como objetivo reflexionar sobre el papel del deporte para las personas con discapacidad en la lucha anticapacitista. Para ello, dialoga con los enfoques y entendimientos sobre la discapacidad y expone representaciones sociales deportivas, a menudo guiadas por los medios de comunicación, que pueden reforzar la construcción capacitista en el deporte y en la sociedad. El desarrollo del paradeporte tiene necesidad urgente de apoyarse en concepciones sobre la discapacidad que deconstruyan la normatización de los cuerpos y conciban el deporte como un derecho humano.

Palabras clave: Deportes para personas con discapacidad. Capacitismo. Medios de comunicación de masas.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Bruna Barboza Seron: Desenvolvimento da concepção, escrita e formatação do manuscrito.

Elaine Cappellazzo Souto: Escrita e discussão do manuscrito.

Bruno Marson Malagodi: Escrita e discussão do manuscrito.

Márcia Greguol: Desenvolvimento da concepção, organização e escrita do manuscrito.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

COMO REFERENCIAR

SERON, Bruna Barboza; SOUTO, Elaine Cappellazzo; MALAGODI, Bruno Marson; GREGUOL, Márcia. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista: dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade.

Movimento (Porto Alegre), v.27, p.e27048, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/113969>. Acesso em: [dia] [mês abreviado]. [ano]. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga*, Elisandro Schultz Wittizorecki*, Ivone Job*, Mauro Myskiw*, Raquel da Silveira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.